



Câmara Municipal de Pouso Alegre - MG

Gabinete Parlamentar

PARECER N.º 015 DE 2014

PARECER DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 7057/2014.

RELATÓRIO:

De autoria do vereador Braz Andrade, a Proposta de Lei 7057/2014 em epígrafe dispõe sobre denominação de logradouro público: Travessa Rita Maria dos Santos.

Dona Ritinha, como era conhecida, foi moradora da referida travessa do bairro São Geraldo por muitos anos. Alegre, prestativa e amiga de todos, Dona Ritinha não media esforços para ajudar o próximo, sendo respeitada por toda a vizinhança. Mesmo enfrentando os problemas sociais e de infraestrutura daquela comunidade, como as enchentes provocadas pela cheia do Rio Mandu, não deixava a tristeza abatê-la. Veio a falecer aos 97 anos de idade em 24 de novembro de 2005, deixando saudades e um exemplo de humildade.

FUNDAMENTAÇÃO:

Nos termos regimentais da Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, no que diz no seu artigo 37, §1º, combinado com o artigo 37, §3º da Lei Orgânica Municipal, compete às Comissões Permanentes opinarem acerca das proposições que lhe são encaminhadas pela Mesa Diretora, analisar a proposta quanto aos aspectos legais.

Ressalta-se ainda o artigo 70, VII do Regimento Interno que dá competência a Comissão de Administração Pública analisar as proposições que versem sobre Denominação de Via Pública.

Ao fazê-lo, verificamos que a proposta de Lei apresenta todos os requisitos legais, a fim de tramitar no Plenário desta Casa de Leis.



Câmara Municipal de Pouso Alegre - MG

Gabinete Parlamentar

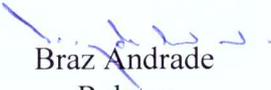
Diante do exposto, vamos à conclusão deste parecer cujos termos damos por devidamente assentados.

CONCLUSÃO:

Após análise do presente Projeto de Lei, a Comissão verificou que a proposta de Lei 7057/2014 encontra-se com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Administração Pública EXARA PARECER FAVORÁVEL, à tramitação do referido projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 27 de maio de 2014


Braz Andrade
Relator